

Governador Valadares, 25 de agosto de 2025.

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

REF.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

Prezados Senhores

Em atendimento ao requerido na Resolução BCB nº 2 de 2020, e demais normas vinculadas a empresa Opção Administradora de Consórcio Ltda., inscrita sob o nº 20.919.916/0001-57 vem por meio desta disponibilizar as seguintes informações:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração do Resultado;
- III. Demonstração do Resultado Abrangente;
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- IV. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- V. Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- VI. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios.

Elas seguem acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, bem como do relatório da auditoria independente

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados, para acesso público, no site da Administradora.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico desta instituição.
Sem mais.

José Luis Ciatti
Consórcio
Contador
CRC MG 053.259/OI-1
CPF 620.688.496/15

Opção Administradora de

Opção Administradora de Consórcio Ltda

**Relatório do Auditor Independente
Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2025**

RC/SP073/2025

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025**

ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS

- I. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 4**
- II. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 10**
- III. PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO 10**
- IV. BALANÇO PATRIMONIAL, 11**
- V. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO, 12**
- VI. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE, 12**
- VII. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO,
14**
- VIII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, 15**
- IX. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE
CONSÓRCIO, 16**
- X. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS
DISPONIBILIDADES DE GRUPOS, 17**
- XI. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30
DE JUNHO DE 2025 E DE 2024, 18**



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Sócios da

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Caratinga – MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** (Administradora), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio (Grupos) e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo em 30 de junho de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2025 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Administradora não reconheceu as receitas de taxa de administração de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, em razão de não haver ainda no mercado um software adequado para apurar essas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho. Nossa opinião sobre as



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2024, conteve a mesma ressalva.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração, bem como o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2025.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2 SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1 SP 079.347/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos

Cotistas, consorciados, funcionários e parceiros

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações contábeis do semestre em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do semestre, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, das consolidadas dos recursos de consórcios e das consolidadas das variações das disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações contábeis, o relatório dos auditores independentes e principais fatos administrativos do período.

Atualmente, a Opção Administradora de Consórcios Ltda. possui 13 grupos em andamento, com 3.739 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do semestre 454 bens. Ainda no referido período, registrou lucro de **R\$ 111.902,85** (cento e onze mil, novecentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) no primeiro semestre de 2025. Patrimônio Líquido de **R\$ 645.373,91** (seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e um centavos), Ativos Totais de **R\$ 1.231.794,36** (um milhão e duzentos e trinta e um mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos) e registrou no segundo semestre Receita Bruta de **R\$ 2.207.565,50** (dois milhões duzentos e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos funcionários e colaboradores pela confiança e credibilidade que nos foi depositada.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

A Administradora redefiniu sua política comercial, rompendo vínculos com parceiros corporativos/institucionais e priorizando o canal de vendas interno, a partir da sua equipe de Showroom pré-existente. Foram contratados novos vendedores e realocados para um cenário de vendas baseado em Inbound Marketing.

Nesse sentido, a empresa reorientou seus esforços em Marketing – Google e especialmente Meta – com resultados expressivos – que suplantaram as expectativas e substituíram em volume e qualidade os canais de vendas baseados em parcerias institucionais.

A ADMINISTRAÇÃO.

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	<u>NOTAS</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>NOTAS</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ATIVO CIRCULANTE		<u>179</u>	<u>119</u>	PASSIVO CIRCULANTE		<u>211</u>	<u>698</u>
Contas a Receber		-	4	Fornecedores		53	210
Impostos a compensar		6	6	Empréstimos e Financiamentos	9	-	333
Adiantamentos		12	49	Obrigações Trabalhistas	10	82	79
Outros créditos	6	161	60	Encargos Sociais	11	23	31
				Impostos e contribuições a recolher	12	42	34
				Outros débitos		11	11
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>678</u>	<u>1.113</u>				
Outros créditos	6	243	663				
Permanente				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	<u>646</u>	<u>533</u>
Investimentos	8	400	400	Capital Social		1.900	1.900
Imobilizado	8	35	50	Prejuízos Acumulados		(1.254)	(1.367)
TOTAL DO ATIVO		<u>857</u>	<u>1.232</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>857</u>	<u>1.232</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	NOTA	2025	2024
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	19
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	19
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	16	2.322	2.074
Despesas com pessoal	17	(352)	(389)
Despesas Administrativas	18	(1.635)	(1.703)
Despesas Tributárias	19	(226)	(211)
Outras Despesas Tributárias		(7)	(18)
Despesas com Depreciação e Amortização		(5)	(5)
Outras Receitas Operacionais		15	98
		112	(154)
RESULTADO OPERACIONAL		112	(135)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
Receitas não Operacionais		-	11
		-	11
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		112	(124)
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO			
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
		-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		112	(124)
LUCRO (PREJUÍZO) POR QUOTA DE CAPITAL (Em Reais)		0,06	(0,07)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>112</u>	<u>(124)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Relacionados ao resultado abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>112</u>	<u>(124)</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.400	(920)	480
Aumento de Capital	500		500
Prejuízo do período		(124)	(124)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	1.900	(1.044)	856
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.900	(1.367)	533
Lucro do período		112	112
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	1.900	(1.254)	646

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	112	(124)
Valores que não afetaram o Caixa:		
Depreciação e amortização	5	5
Resultado na baixa do ativo imobilizado	-	4
Caixa antes das mutações do Capital de Giro	117	(115)
Aumento (Redução) dos Ativos Circulantes		
Taxa de Administração a Receber e Outros	4	8
Adiantamentos	37	
Outros Créditos	420	(195)
Outros Valores e Bens	(101)	103
Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes		
Fornecedores	(157)	37
Obrigações trabalhistas	3	29
Impostos e Contribuições sociais	(8)	6
Impostos e Contribuições a recolher	8	7
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	323	(121)
Atividades de Investimento		
Aquisições do ativo imobilizado	10	(18)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	10	(18)
Atividades de Financiamentos		
Adiantamento para aumento de capital	-	500
Empréstimos e financiamentos	(333)	(85)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(333)	415
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA LÍQUIDO	-	276
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE	-	276
Disponibilidades no início do período	-	501
Disponibilidades no final do período	-	777

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		19.611	19.050	CIRCULANTE		19.611	19.050
Disponibilidades		5.456	6.355	Obrigações com consorciados	4.6		
Depósitos bancários		2	43	Recebimentos não identificados		12	14
Aplicações financeiras	4.1	959	1.144	Contribuições de consorciados não contemplados		10.656	9.742
Aplicações vinculadas a contemplações	4.1	4.494	5.168	Valores a repassar	4.7	338	381
				Obrigações contemplações a entregar	4.8	4.494	5.168
Direitos junto a consorciados contemplados		14.156	12.695	Recursos a devolver a consorciados	4.9	2.649	2.336
Normais		13.684	12.192	Recursos do Grupo	4.10	1.463	1.409
Em atraso		146	171				
Em cobrança judicial		325	332				
COMPENSAÇÃO	4.11	97.004	85.373	COMPENSAÇÃO	4.11	97.004	85.373
Previsão mensal recursos a receber	4.4	1.236	1.191	Recursos mensais a receber		1.236	1.191
Contribuições devidas ao grupo		49.855	43.791	Obrigações do grupo por contribuição		49.855	43.791
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4.5	45.913	40.391	Créditos a disposição consorciado		45.913	40.391
TOTAL DO ATIVO		116.615	104.423	TOTAL DO PASSIVO		116.615	104.423

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	6.264	5.997
Depósitos bancários	676	50
Aplicações financeiras	621	1.119
Aplicações vinculadas a contemplações	4.967	4.828
RECURSOS COLETADOS	13.776	12.859
Contribuições Aquisição de bens	10.719	10.160
Taxa Administração	2.277	1.872
Contribuições Fundo de Reserva	172	174
Rend. Aplicações Financeira	303	259
Multas e juros moratórios	63	60
Prêmios de seguros	171	231
Custas judiciais	14	-
Outros	57	103
RECURSOS UTILIZADOS	(14.584)	(12.501)
Aquisição de bens	(11.414)	(9.774)
Taxa de Administração	(2.308)	(1.870)
Multas e Juros Moratórios	(32)	(31)
Prêmios de Seguros	(171)	(231)
Custas Judiciais	(26)	-
Consorticiados Desligados - Pagamentos	(460)	(359)
Outros	(174)	(236)
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	5.456	6.355
Depósitos bancários	2	43
Aplicações financeiras	959	1.144
Aplicações vinculadas a contemplações	4.494	5.168

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE
JUNHO DE 2025 E DE 2024**

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A administradora tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis a Administradora. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Administradora, quando aplicável, com exceção a Resolução BCB nº 120 no item 2b: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 03 (R2) –

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Os procedimentos adotados pela Administradora estão sujeitos à validação por parte do seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de agosto de 2025.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes

Em 12 de dezembro de 2024 foi publicada a Resolução BCB nº 444, que altera o art. 8º da Resolução BCB nº 234 de 2022, a qual dispõe sobre o funcionamento das administradoras de consórcios. Tal alteração determina prazos e percentuais de subtração das operações passivas relativas às receitas com taxas de administração recebidas de forma antecipada no cálculo do limite de alavancagem e entrou em vigor na data da sua publicação.

Em consonância com a Resolução acima, em 09 de janeiro de 2025 foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 582, que dispõe sobre o cálculo do limite de alavancagem aplicável as administradoras de consórcios a qual detalha a composição das operações passivas e do saldo dos recursos de consórcios de acordo com os subgrupos contábeis. Essa Instrução Normativa também entrou em vigor na data da sua publicação.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

As políticas contábeis adotadas pela administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela opção para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários O Bacen, por meio da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinado título para registro contábil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários;
- **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos da Administradora são classificados como disponíveis

para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários (Nota 5). A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar".

3.4. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.5. Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

3.6. Investimentos

Os imóveis não de uso próprio são registrados em outros investimentos de caráter permanente.

3.7. Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da administradora.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

3.8. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à

alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

3.10. Valores Pendentes de Recebimento Judicial

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

3.11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

3.12. Resultado Não Recorrente

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de

ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram identificados resultados não recorrentes.

3.13. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da administradora é o Real.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1. Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró rata dia.

4.3. Direitos junto a Consorciados Contemplados – Normais

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

4.4. Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2024. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2023.

4.5. Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

4.6. Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não

identificados – valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados – valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

4.7. Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

4.8. Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

4.9. Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

4.10. Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

4.11. Compensação

Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados: Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

Contribuições Devidas ao Grupo e Suas Obrigações de Grupo por Contribuições: Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2025, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados – Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 109 Mil, (em 30/06/2025) e R\$ 122 mil (em 31/12/2024).

Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras da administradora são compostas por fundos cujos títulos são mantidos até o vencimento, sem intenção de negociação, o objetivo de tais operações são exclusivamente para fluxo de caixa, e, como já citado, podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a administradora.

Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos: Em virtude da não adoção da Resolução BCB nº 120/2021 (objeto de ressalva no Relatório do auditor independente) por não haver ainda no mercado um software adequado para apurar essas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho, não é possível mensurar os impactos estimados da provisão para perdas, cabe ressaltar que atualmente a administradora escritura sua receita pelo regime de caixa, neste cenário os consorciados inadimplentes são ajuizados a depender do tempo e percentual de atraso, e em último caso há a apreensão do bem e tentativa de venda com a finalidade de abater o valor do saldo devedor. Nos casos em que há o encerramento do grupo com consorciados ajuizados, o montante é transferido para as contas de compensação da administradora e, a depender da relevância, a cobrança segue sendo realizada. Se, no momento do encerramento houver necessidade, a administradora deve

realizar aporte para cobrir possíveis prejuízos no grupo causado pela inadimplência.

NOTA 6. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2025	31/12/2024
CURTO PRAZO		
DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA	7	7
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	154	53
	161	60
LONGO PRAZO		
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	243	663
	243	663

NOTA 7. INVESTIMENTOS

	30/06/2025	31/12/2024
TERRENOS DE NÃO USO	194	194
EDIFICAÇÕES	206	206
	400	400

NOTA 8. IMOBILIZADO

	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	30/06/2025 SALDO LÍQUIDO	31/12/2024 SALDO LÍQUIDO
COTAS DE CONSÓRCIO	12	-	12	22
MOBILIÁRIO	12	(4)	8	8
COMPUT. E PERI.	48	(33)	15	20
	72	(37)	35	50

	1º SEMESTRE DE 2025				
CUSTO AQUISIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2024	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	SALDOS EM 30/06/2025
COTAS DE CONSÓRCIO	22	8	(18)	-	12
MOBILIÁRIO	12	-	-	-	12
COMPUT. E PERI.	48	-	-	-	48
	82	8	(18)	-	72
(-) DEPRECIAÇÕES	(32)	(5)	-	-	(37)
	50	3	(18)	-	35

NOTA 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/06/2025	31/12/2024
CURTO PRAZO		
CÉDULA DE CRÉDITO - BRADESCO	-	333
	-	333

NOTA 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2025	31/12/2024
SALÁRIOS A PAGAR	30	37
PRÓ-LABORE A PAGAR	6	
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	30	42

PROVISÃO DE 13º SALÁRIO E ENCARGOS

16	-
82	79

NOTA 11. ENCARGOS SOCIAIS

INSS A PAGAR
FGTS A PAGAR
IRRF S/ FÉRIAS

30/06/2025	31/12/2024
16	18
2	4
5	9
23	31

NOTA 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 20.000 mensais. A contribuição social é calculada à razão de 9%. O valor da antecipação da contribuição social sobre o lucro líquido e Imposto de renda pessoa jurídica no final do 1º semestre de 2025 é R\$ 7 mil. Não há comparação com o primeiro semestre de 2024 pois o mesmo apresentou prejuízo contábil e fiscal.

	1º SEMESTRE 2025	1º SEMESTRE 2024
IRPJ		
BASE CONTÁBIL	111	-
(+) ADIÇÕES	0	-
(-) EXCLUSÕES	33	-
(=) BASE PARA O IRPJ	78	-
(+) CALCULADO A 15%	11	-
(+) ADICIONAL DE 10%	2	-
(=) TOTAL DO IRPJ	13	-
(=) IMPOSTO DE RENDA - DESPESA	13	-
(-) ANTECIPAÇÕES	8	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	5	-
	-	-
CSLL		
BASE CONTÁBIL	111	-
(+) ADIÇÕES	0	-
(-) EXCLUSÕES	33	-
(=) BASE PARA O CSLL	78	-
(+) CALCULADO A 9%	7	-
(=) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DESPESA	7	-
(-) ANTECIPAÇÕES	5	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	2	-
	-	-
CURTO PRAZO	30/06/2025	31/12/2024
Imposto sobre serviços	21	17
PIS	3	2
COFINS	14	11
IRRF S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	3	3
RETENÇÃO CONFORME LEI 10.833/03	2	1
	42	34

NOTA 13. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

NOTA 14. PROVISÕES

Passivos Contingentes Prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos com risco de perda provável em 30 de junho de 2025 montam o valor de R\$ 0,00 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2024).

Passivos Contingentes Possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis em 30 de junho de 2025, montam o valor de R\$ 130 mil (R\$ 100 mil em 30 de junho de 2024). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O capital social é de R\$ 1.900.000,00 (Um Milhão) e está representado por 1.900.000,00 (Um Milhão) cotas no valor de R\$ 1,00 cada;

NOTA 16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º Semestre 2025	1º Semestre 2024
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	2.322	2.074
	2.322	2,074

NOTA 17. DESPESAS COM PESSOAL

	1º Semestre 2025	1º Semestre 2024
PESSOAL – BENEFÍCIOS	64	65
PESSOAL – ENCARGOS	93	89
PESSOAL – PROVENTOS	194	221
PESSOAL – TREINAMENTOS	1	14
	352	389

NOTA 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2025	1º Semestre 2024
ÁGUA E LUZ	30	32
ALUGUÉIS	67	71
COMUNICAÇÕES	15	20
HONORÁRIOS	98	122
PROCESSAMENTO DE DADOS	258	193
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	9	69
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIAL.	109	366
VIAGENS NO PAÍS	59	163
DESPESAS DE MATERIAL	5	17
DESPESAS SERVIÇOS SIST. FINAN.	136	37
DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERC.	841	578
OUTRAS DESPESAS ADMINIS.	8	35
	1.635	1.703

NOTA 19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Semestre 2025	1º Semestre 2024
DESPESAS DE PIS	20	20
DESPESAS DE COFINS	91	90
DESPESAS DE ISS	115	101
	226	211

NOTA 20. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte posição:

DESCRIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024
QUANTIDADE DE GRUPOS EM ANDAMENTO	13	13
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	3.739	3.663
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO EXERCÍCIO	454	445
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES, ACUMULADO	2.387	2.285
BENS PENDENTES DE ENTREGA ACIMA DE 30 DIAS	146	153
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCL. NO EXERCÍCIO	154	126
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCLUÍDOS, ACUMULADO	2.398	2.436
TAXA MÉDIA DE INADIMPLÊNCIA	19,13%	18,24%

NOTA 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

NOTA 22. LIMITE DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Em atendimento a Resolução BCB Nº 234/2022, e a Instrução Normativa Nº 582/2025 a empresa cumpriu todos os limites de alavancagem determinados pela legislação.

	2025	2024
	1º Semestre	1º Semestre
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	572	979
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	2.338	2.203
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.225)	(2.327)
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	645	855
 (+) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	212	755
(+) DISPONIBILIDADES	2	43
(+) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	959	1.145
(=) COMPROMETIMENTO	1.173	1.943
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO X 6	3.872	5.134
(=) LIMITE OPERACIONAL	3.872	5.134
SUFICIÊNCIA	2.699	3.191
MARGEM DE IMOBILIZAÇÃO	210	404

NOTA 23. REFORMA TRIBUTÁRIA

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar 214/2025, que regulamentou parte da Reforma, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), sendo que referida lei ainda será objeto de regulamentações para sua efetiva implementação. Segue em tramitação no Senado Federal o PLP 108/2024, que irá regulamentar, dentre outros, o Comitê Gestor do IBS, a distribuição de seu produto de arrecadação pelos entes federativos e o processo de lançamento e fiscalização desse tributo.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis do semestre encerrado em 30 de junho de 2025.

NOTA 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações financeiras.